

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.740 - AM (2019/0278102-3)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : ESTADO DO AMAZONAS**  
**PROCURADOR : BENEDITO EVALDO DE LIMA E OUTRO(S) - AM004821**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo ESTADO DO AMAZONAS, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado (fl. 45):

*EMENTA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PARA ASSEGURAR O FORNECIMENTO DE CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA - MENOR DE IDADE - CONCESSÃO CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA ADAPTADA ÀS SUAS MEDIDAS - PRESENÇA DE REQUISITOS AUTORIZADORES - APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA - PROPORCIONALIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 79/82).

Em seu especial, aponta o Estado do Amazonas ofensa aos arts. 15, 16 e 17, da Lei Complementar 101/00; 7º, XII, da Lei 8.080/90; e 5º da Lei 8.142/90.

Sustenta, em síntese, que: **(I)** "... houve perícia demonstrando a ausência de características que fundamentassem o direito à aquisição de cadeira de rodas motorizada, não há que se falar em obrigação deste ente estatal em cumpri-la, pela inexistência de interesse-necessidade." (fl. 138); e **(II)** estaria "... configurada a afronta ao princípio da legalidade na presente demanda por violação ao art. 167 da Carta Federal de 1988, pois obriga o Poder Público estadual a realizar despesas sem prévia previsão orçamentária." (fl. 146).

Contrarrazões às fls. 154/168.

# Superior Tribunal de Justiça

Parecer Ministerial às fls. 183/187, opinando pelo insucesso da pretensão, diante da incidência das Súmulas 7 e 211 do STJ e 282 do STF.

## **É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.**

O recurso não prospera.

Inicialmente, observa-se que o Tribunal de origem não examinou a controvérsia sob o enfoque dos arts. 15, 16 e 17, da Lei Complementar 101/00, apesar da oposição de embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ ("*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo.*").

Ressalta-se que esta Corte firmou a compreensão de que "*a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei*" (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

No mesmo sentido, confirmam-se:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. APLICABILIDADE. ART. 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.**

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado.*

***In casu***, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

*II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ.*

*III - O art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que esta Corte considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.*

*IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.*

*V - Honorários recursais. Cabimento.*

*VI - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.*

*VII - Agravo Interno improvido.*

**(AgInt no REsp 1682293/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017)**

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).**

**2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.**

**3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar**

# Superior Tribunal de Justiça

*ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no AREsp 1098633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017)**

No que remanesce, a irresignação também não prospera, pois, muito embora haja, no apelo nobre, a alegação de ofensa a dispositivos infraconstitucionais, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em recurso especial, conforme se nota do seguinte excerto (fl. 47):

*In casu, é responsabilidade do Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) fornecer tratamento médico aos que dele necessitam, na forma do que dispõe o artigo 196 da Constituição Federal ao estabelecer que a saúde é direito de todos e dever do Estado.*

*Não há que se falar em falta de previsão legal para o fornecimento desses equipamentos aos que deles necessitam, pois não possuem condições financeiras de arcarem com os custos. Trata-se do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.*

*Ademais, aqueles que postulam judicialmente tais objetos, são portadores de doenças incapacitantes. Logo, há dignidade no pedido, dignidade em reconhecer que o auxílio estatal é preciso, imperioso para a sobrevivência.*

*Assim, é dever do Poder Público, no caso, garantir a saúde física e mental dos indivíduos. Neste sentido, dispõe o artigo 196 da Constituição Federal de 1988:*

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

*No mesmo sentido, o artigo 200 também da Constituição Federal de 1988:*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Art. 200. Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras*

*atribuições, nos termos da lei:*

*I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesses para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;*

*(...)*

*III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;*

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**